

## “O que é lugar de fala”, por Djamila Ribeiro

“What is a place of speech”, by Djamila Ribeiro

**Delson Ferreira<sup>1</sup>**

Este livro foi publicado como obra de abertura da Coleção Feminismos Plurais e justifica uma nova resenha, agora no campo das reflexões teóricas e políticas, para trazê-lo ao debate por tratar das lutas do feminismo negro e da reelaboração do conceito de “Lugar de Fala” a partir das experiências interseccionais<sup>2</sup> que as mulheres negras vivem ao enfrentar as opressões do racismo, de classe e de gênero.

É um “livro de bolso” que é denso e propositivo em seu conteúdo crítico do que a autora define por discurso epistemológico autorizado pela matriz colonial hegemônica, branca e ocidental. Seu texto é organizado em cinco seções, a saber: Apresentação; Um Pouco de História; Mulher Negra: O Outro do Outro; O Que é Lugar de Fala e Todo Mundo Tem Lugar de Fala. O seu foco narrativo centra-se em ser um livro que, na fala de Djamila Ribeiro, pretende, em menção à Grada Kilomba, “tornar-se um sujeito”, ou “falar em nosso nome”, referindo-se a Stuart Hall (p. 15).

Logo na Apresentação a autora mostra a que veio ao mencionar Angela Davis e defender que se faz necessário nomear as “opressões de raça, classe e gênero” sem que seja preciso “hierarquizar essas opressões”, ou, conferir prioridade “de uma opressão em relação a outras” (p. 14). Há, no fundo das falas de ambas, um debate crítico com o marxismo, que será retomado por ela ao longo do texto, por esse propor e defender, como estratégia de luta, uma hierarquização das contradições sociais definindo, como prioridade, as lutas contra as opressões de classe antes das lutas contra os diversos outros dispositivos concretos de opressão social. Por isso, para Ribeiro, ao se pensar em feminismo negro deve-se romper com as divisões existentes em uma sociedade desigual e pensar novos projetos e marcos civilizatórios para que se possa criar “um novo modelo de sociedade” (p. 14).

No primeiro capítulo, “Um Pouco de História”, Ribeiro define-se por fazer um relato sobre os percursos intelectuais e de lutas das mulheres negras no decurso da história e, para isso, inicia com Sojourner Truth (Isabella Baumfree), abolicionista afro-americana, e o seu discurso de 1851, “Eu não sou uma mulher?”, para “nos mostrar que, desde muito tempo, as mulheres negras” lutam “para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos” (p. 19). Assim, a partir do discurso de Truth, a autora define o primeiro grande “dilema que o feminismo hegemônico” – a saber, o branco – enfrentou,

<sup>1</sup> Instituto Federal Goiano / Universidade Federal de Goiás. Docente de Ética, Filosofia e Sociologia / Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS-UFG. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9136-6179> . E-mail: [delson.ferreira@ifgoiano.edu.br](mailto:delson.ferreira@ifgoiano.edu.br)

<sup>2</sup> Com relação ao conceito “interseccionalidade”, ver SCHWARCZ (2019), HIRANO (2019) e HENNING (2015).

“a universalização da categoria mulher” (p. 21). Partindo daí, várias autoras são citadas referindo-se às três grandes ondas do feminismo, reforçando e citando Giovana Xavier, e trazendo a “principal pauta do feminismo negro”, que é “restituir humanidades negadas” (p. 22). Nesse contexto, ela entende que é necessário “pensar a partir de novas premissas” para “se desestabilizar verdades” (p. 25) e transcender a chamada “autorização discursiva branca”, o que a leva a questionar, ao citar Lélia Gonzalez, o fato de que o racismo se construiu “como ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (p. 25). Aqui, Ribeiro dá aos seus leitores uma noção quanto a “quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são” (p. 25).

Na conclusão desse capítulo, ela chama novamente o marxismo para o debate sobre a defesa que ele faz, por vezes intransigente, da primazia da luta de classes sobre as lutas contra as outras opressões interseccionais, incluindo nesse debate a direita e os liberais, ao apontar, em menção a Alcoff, que essas tendências opostas do espectro político estão unidas “na argumentação de que a política identitária fratura o corpo político” (p. 30). Ela refuta essa visão com o argumento de que os movimentos identitários não são ativismos de “política reducionista” e “são por definição inclusivos em termos de classe” (p. 29). A pauta desse debate é a luta, por parte de Ribeiro e do feminismo negro, contra a autorização discursiva e epistemológica branca, mesmo no interior do marxismo. Assim, tal posicionamento a coloca de encontro a esse tipo de primazia política por dizer que indivíduos brancos persistem

no argumento de que somente [eles] “pensam na coletividade”; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. (p. 31)

Na segunda parte, “Mulher Negra: O Outro do Outro”, Ribeiro procura dar a entender o porquê de várias feministas negras” pensarem a “categoria mulher negra” no sentido de “nos ajudar a entender lugar de fala” (p. 31). Ela parte de Simone de Beauvoir e de Grada Kilomba para definir as categorias de “Outro” e o “Outro do Outro”. Para Beauvoir, a mulher é o Outro “por não ter reciprocidade do olhar do homem” (p. 38), enquanto para Kilomba, recortando essa diferença, a mulher negra, por uma dupla condição de distanciamento opressivo, é colocada, à sua revelia, em um “local de mais difícil reciprocidade” (p. 38). Isso significa, para Kilomba, que as mulheres negras são localizadas em debates sobre racismo nos quais os sujeitos são os homens negros, em discursos sobre gênero nos quais os sujeitos são as mulheres brancas e em discursos de classe em que a categoria “raça” não é acolhida como parte das lutas pela transformação social. Essa é a condição das mulheres negras, para Kilomba e Ribeiro, não serem “nem brancas e nem homens” (p. 39), isso é ser o “Outro do Outro”, só podendo “ser o Outro e nunca si mesma” (p. 39).

Seguindo os seus argumentos, a autora traz Foucault para afirmar que “a invisibilidade mata” (p. 43) e que se faz necessário ressaltar que as “pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz” e “reivindicando o direito à própria vida” (p. 43). Em conclusão, ela aborda o conceito de “*outsider within*”, ou

“forasteira de dentro”<sup>3</sup>, definido por Patricia Hill Collins, compreendendo ser ele relevante para se entender, em seguida, o que são os lugares de fala. Assim, ela afirma, com Collins, que “a mulher negra dentro do movimento feminista ocupa esse lugar de ‘forasteira de dentro’” (p. 45), o que pode gerar em quem lê o livro uma pergunta: quais são os lugares de fala das mulheres negras se os lugares conferidos a elas são localizados fora, nos não lugares, ou, como diz a citada Audre Lorde, daquelas “que não são aceitáveis” (p. 51)? Serão, obviamente, os lugares definidos somente por elas mesmas!

Definir O Que é Lugar de Fala para as mulheres e o feminismo negro é a tarefa que Ribeiro assume na terceira seção, centro dessa obra. Ela parte de um conceito de “lugares de fala” específico das discussões da comunicação, mas logo vai para as definições sustentada por quatro autoras, Linda Alcoff, Gayatri Spivak, Patrícia Hill Collins e Grada Kilomba. Antes desses aportes, ela ressalva que não existe consenso determinado sobre o conceito “lugar de fala” e diz entender que ele surgiu “da discussão sobre *feminist standpoint* – ou ‘ponto de vista feminista’” (p. 59-62). O uso desse termo na linguagem corrente, para Ribeiro, vem ocorrendo como instrumento de luta política e como meio de se colocar, nos debates, lutas e formulações teóricas, em confronto com o que ela chama de autorização discursiva que questiona quem pode ou não falar nas mais diversas situações sociais.

A hipótese principal da autora (p. 59) é de que é possível, a partir da teoria do *feminist standpoint*, desenvolvida por Collins, refletir e definir o que é lugar de fala, na medida em que é necessário reivindicar análises diferentes e afirmar um dos mais caros objetivos do feminismo negro, que é marcar o seu lugar de fala. Isso para que seja possível entender, no interior e nas ações desse movimento, “realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (p. 60).

Ribeiro entende que a demarcação do lugar de fala é recurso de refutação da historiografia oficial e da hierarquização de saberes decorrente da hierarquia social comumente aceita pela normatização do poder. E para ela isso é mister, pois falar de um *locus* social não corresponde e não se refere a “uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo” (p. 64), uma vez que “reduzir a teoria do *feminist standpoint* e lugar de fala às vivências seria um grande erro” (p. 64 e 67). Para ela, o que importa é a questão do estudo de como as diversas “opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade” (p. 67).

O núcleo do lugar de fala, por “promover uma multiplicidade de vozes”, constitui-se em “refutar uma pretensa universalidade”, um “discurso autorizado e único” (p. 70), ou uma única voz coletiva humana a ser aceita e acatada por todos como um consenso que não existe. Por isso, Ribeiro inquirir com Grada Kilomba: “Quem pode falar?” “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que nos é permitido falar?” (p. 76) A resposta a que ela chega, é crucial: “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar” (p. 78). Dessa forma, lugar de fala é luta e conquista múltipla de vozes que devem

<sup>3</sup> DIAS (2019), refere-se a essa expressão como “estrangeira de dentro”.

ser ouvidas, que não dependem de autorização discursiva formal nenhuma e de ninguém para se expressar a partir de suas experiências com as diversas formas de opressão e de seu *locus* social específico na sociedade.

Com a necessidade de multiplicidade discursiva posta e reconhecida, chega-se à última seção da obra, *Todo Mundo Tem Lugar de Fala*. Nela, a autora preocupa-se em deixar claro e patente que todos os indivíduos e grupos têm lugar de fala e que pensar nesse lugar social é ter “uma postura ética” porque ter claro “o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias” (p. 84), as desigualdades, as pobreza, racismo e sexismo. Outro ponto que ela ressalva é o de que só a partir dessa compreensão e aceitação é possível discutir e refletir, de forma transformadora, sobre os temas e as contradições sociais.

Para ela, pensar e agir a partir do lugar social de fala que se ocupa (p. 90) é “romper o silêncio instituído para quem foi subalternizado” e “um movimento no sentido de romper com uma hierarquia ‘violenta’ (DERRIDA, 1981)”. Assim, Ribeiro encerra o seu livro “sujeito” com uma expressão de fala que chama, mais uma vez, para o debate aqueles e aquelas que lutam com prioridade exclusiva nas chamadas lutas de classes:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fossemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. (p. 90)

Djamila Ribeiro demonstra precisão analítica ao trabalhar com a definição do que é e o que significa ter noção dos lugares de fala de indivíduos e grupos nas relações e conflitos sociais. Por isso, ela chama a atenção para as interseccionalidades<sup>4</sup> que afetam a vida cotidiana das mulheres negras no Brasil e no mundo, assim como convida quem a lê a entender e compreender que decolonizar o pensamento e contrapor-se às chamadas autorizações discursivas e verdades hegemônicas é papel daqueles e daquelas que labutam por um outro mundo possível.

Seu chamamento ao marxismo e às parcelas mais ortodoxas das esquerdas para o debate é outro ponto que merece destaque teórico e crítico, pois, partindo de Angela Davis e outras feministas negras, ela demonstra não ser mais possível crer, ou mesmo afirmar, que a luta de classes é a matriz de todas as lutas sociais e que as causas e lutas identitárias deveriam seguir a seu reboque como secundárias para serem resolvidas, *a posteriori*, pelo advento de uma revolução que suprimiria e resolveria, de vez por todas, essas causas por elas simplesmente perderem o sentido em uma nova forma de vida coletiva que eliminaria a existência das classes sociais. Fica subentendido que as lutas pela emancipação e pela possibilidade de conquista de uma nova, e nunca vivida, condição individual e coletiva de *omnilateralidade*<sup>5</sup> humana não passam somente por rupturas revolucionárias decorrentes e consequentes às revoluções

<sup>4</sup> PISCITELLI (2008) também se refere a esse conceito por meio da expressão “categorias de articulação”.

<sup>5</sup> Sobre o conceito de *omnilateralidade*, leia: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes.html>

sociais de classes, se é que um dia esses processos sociais complexos se deram apenas por essa lógica única e mecanicista de etapas de ordenação, hierarquização e priorização de lutas sociais.

A leitura desse livro nos leva a refletir que é preciso mudar o pensar, as táticas, estratégias, práticas e ações para superar, independente do *locus* social e de fala que se ocupa, os anacronismos políticos, epistemológicos e metodológicos que não respondem mais aos graves problemas de indivíduos, grupos e classes deste século XXI. E, para além dessas questões, essas reflexões nos levam à possibilidade de superar o imenso somatório de equívocos que esses anacronismos causam em nossas visões e concepções de mundo que, por sua vez, afetam as nossas formas de compreensão do que se passa nas miríades de interações, relações e processos sociais que vivemos.

Estamos diante de um livro necessário para quem estuda e pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. Mas também diante de uma obra para a *práxis* diária, não apenas do movimento feminista negro, mas também para os movimentos que lutam pelas mudanças sociais. E essa afirmação sustenta-se por outra: os movimentos sociais de transformação, sejam eles os “antigos” movimentos classistas ou os “novos” identitários, têm a aprender nas suas formas de pensar e agir com o feminismo negro e sua história de lutas contra as múltiplas opressões interseccionalizadas. Por isso, temos diante dos olhos uma obra importante de estudo e debate nas áreas de teoria e ação acima apontadas.

## REFERÊNCIAS

DIAS, L. de O. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n.16, 2019.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, jul-dez, 2015.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: Hirano, L. F. K. et all (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

SCHWARCZ, L. K. M. Prefácio. In: HIRANO, L. F. K. et all (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.